

Fortaleza, 15 de novembro de 2017.

Pibidianos,

A conjuntura política nacional é desafiante e o governo Temer avança com ataques aos direitos sociais e a educação é um dos diretamente atingido. No projeto de lei orçamentária da união para 2018 (PLOA/2018) o corte nos investimentos em programas da Capes voltados à educação básica inicialmente era de 44%. Em mensagem mais recente, o corte foi reduzido para 21,4%, significando ainda assim cerca de R\$ 200 milhões a menos em relação ao orçamento de 2017, o que nos impõe enfrentamentos permanentes. Tal fato indica disputas, interferências em políticas que não são de Estado e portanto, estão indefinidas. É o caso do Pibid e Pibid diversidade que, apesar de todo o nosso empenho, pode estar ameaçado pela Residência Pedagógica (RP) que vem para “modernizar o Pibid” e o modelo de formação de professores.

Apesar da ausência de documentos fundamentados, a RP proposta pelo MEC desconsidera toda a trajetória do Pibid, suas importantes contribuições e até mesmo seus problemas, pois o MEC não dialogou com quem faz a gestão do Programa nas mais de 5 mil escolas em todo o Brasil. Vale lembrar que as avaliações externas do Pibid apontam para a construção de uma identidade profissional nos licenciandos, em especial, mas também nos professores da rede e do ensino superior envolvidos com o Pibid. Mexer em um programa que há uma década apresenta resultados positivos em diferentes realidades educacionais do Brasil é no mínimo precipitado em termos de políticas públicas. Desta maneira, se colocada em prática a RP, se trocará um programa com resultado positivo por outro, talvez com algumas características próximas, porém usando os mesmos recursos financeiros. Isso é um erro! Não podemos permitir e nesse sentido, o crescimento de nossa mobilização em outubro, já enfrenta essa conjuntura de modo diferenciado.

Os dias 23 e 24 de outubro foram intensas as articulações da diretoria do Forpibid com parlamentares e entidades educacionais, buscando fortalecer parcerias, situando-os sobre nossa luta no cenário atual, apresentando nossas preocupações e os convidando para adensar o nosso movimento. Reforçamos a urgência e a necessidade de debate sobre o Pibid e Pibid Diversidade, sobretudo, pela apresentação das intenções do MEC quanto à reformulação da política de formação de professores e a proposição da RP como modelo modernizador do Pibid. Assim, os os três requerimentos de audiência pública na Comissão de Educação, de autoria da Deputada Maria do Rosário (PT/RS), da Deputada Pollyana Gama (PPS/SP) e do Deputado Waldenor Pereira (PT/BA) foram aprovados e subscritos pelo Deputados Pedro Uczai (PT/SC) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). Outro pedido de audiência pública no âmbito da Câmara,

especificamente na Comissão de Legislação Participativa, de autoria do Deputado Chico Lopes (PCdoB/CE), também foi aprovado, sendo indicada a realização conjunta com os pedidos feitos na Comissão de Educação. O conjunto dos pedidos aprovados com adesão de outros parlamentares demonstra ser justa a causa, revela poder de mobilização e amplia nosso poder de diálogo.

No Senado dialogamos com as assessorias das Senadoras aliadas Fátima Bezerra (PT/RN) e Gleise Hoffman (PT/PR) e Paulo Paim (PT/RS). Uma audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos já foi agendada no dia 07/12/2017. Outro requerimento semelhante foi aprovado na Comissão de Educação. Obtivemos retornos como o manifesto de apoio da ABRUEM, SBPC e UNE e estamos em diálogo com outras entidades no sentido de ampliarmos a rede de apoio aos nossos pedidos. Registramos o recebimento de ofício do Deputado Rômulo Gouveia (PSC/PB) manifestando seu apoio, após diálogo com bolsistas do seu Estado.

Estivemos presentes na CAPES, em 24 de outubro, junto com o Diretor da DEB, Prof. Marcelo Câmara, e seus assessores que ratificaram a continuidade do Pibid, de seu desenho pedagógico e sujeitos. Quando questionados sobre a RP, afirmaram tratar do “espírito” do programa de formação que já é desenvolvido pelo Pibid e que reuniões regulares com o MEC já avançaram nessa compreensão. Informaram que as 80 mil bolsas envolvem todos os pibidianos (CA/SUP/ID) e que uma nova portaria está para ser lançada, sem maiores detalhes.

Quanto à continuidade sem interrupção, a DEB não nos deu garantias, porém disseram que o tema está sob análise e negociação entre o MEC e a CGU. Apresentamos alguns cenários de futuro e em todos eles condicionaram a continuidade ou lançamento de edital à aprovação do orçamento da União, previsto para dezembro do ano corrente. Nossa avaliação é positiva, o discurso deixa transparecer que as possibilidades estão postas e sob análise. Sugeriram antecipação da aplicação dos recursos de custeio nas IES, de modo a adiantar a prestação de contas e diminuir o tempo dessa avaliação. Consideramos que este pode ser um caminho, apoiamos a ideia e indicamos leituras dos manuais disponibilizados pela CAPES/DEB/PIBID para avaliar possibilidades e impedimentos. Reforçaram a importância de uma prestação de contas objetiva, com descrição da aplicação diretamente relacionadas às ações previstas nos planos de trabalho.

Convém destacar o modo como o diálogo se consolidou, naquela ocasião, com os nossos interlocutores na CAPES, fato importante na condução de uma política pública da relevância do Pibid. Porém, fomos surpreendidos com a notícia da exoneração do Prof. Marcelo Câmara Santos da DEB/Capes no último dia 03. Sabemos que não é só o Pibid que está em jogo, mas a política de formação de professores que esse programa expressa. A indefinição do MEC sobre a política

que pretende implantar, só aumenta a insegurança e as especulações sobre a Base Nacional para formação de professores, com promessas de consulta pública, mesmo sem fechar a BNCC do ensino médio. Esses fatos expressam fissuras e fragilidades que devem ser analisadas com muita atenção.

Assim, nossa mobilização precisa ser ampliada cotidianamente, com audiências públicas nos estados, como já fez São Paulo, Bahia e Pernambuco, no mês de novembro. Ceará e Santa Catarina movimentam-se em igual direção. Somam-se às ações, moções nas Câmaras de Vereadores de diversas cidades; Pibid na rua; e um novo recorde de assinaturas no abaixo-assinado, que entregaremos no MEC no dia da Audiência Pública no Congresso Nacional. Temos que superar as 130 mil assinaturas de 2016.

Enfim, estamos no jogo! O Pibid e Pibid Diversidade têm chances e a depender de nossa mobilização se fortalecerão. Continuaremos na defesa do Programa frente aos deputados estaduais e federais, as secretarias municipais e estaduais de educação e ao MEC! Para a luta precisamos conhecer os objetivos pelos quais lutamos para somarmos em torno da organização e autonomia financeira do movimento. Por isso, agradecemos as contribuições recebidas e enfatizamos a necessidade de intensificar a campanha financeira para essa etapa mais aguda da luta, que envolverá a participação da base do Pibid e Pibid Diversidade na audiência pública no Congresso Nacional. Brasília nos aguarda e sairemos de todos os cantos do Brasil em defesa de uma política de formação de professores, que deve avançar e não retroceder! Assim, vamos intensificar nossas ações locais, a campanha de finanças e o abaixo-assinado, que deve chegar em Brasília até o dia 20 de novembro de 2017.

Dados para a contribuição

Cristiane Antonia Hauschild - CPF: 759.560.800-78

Banco do Brasil - Agência: 0430-8 - Conta POUPANÇA- Variação: 51 - Conta: 22763-3

Abaixo-Assinado até dia 20/11/2017 em Brasília

Caixa Postal 6665 - 71720-971 Núcleo Bandeirante DF.

Vamos lá, resistentes! Avante Pibid!

#residencia_é_retrocesso #ficapibid #PIBIDsemCORTEeSEMinterrupção

FORPIBID BRASIL